

Breves notas sobre a função social dos museus

A few notes on the social function of museums

Recebido em: 12/04/2025

Aprovado em: 05/03/2026

Savana Ferreira Godoy

Vladimir Sibylla Pires

[Sobre os autores >>](#)

RESUMO

O artigo investiga a polissemia da expressão “função social dos museus”, problematiza a ausência de uma conceituação e seus impactos nos discursos da museologia. Partindo de uma lacuna na prática docente e na literatura, o estudo analisou alguns sentidos atribuídos à expressão ao longo do tempo. Com abordagem especulativa e teórica, a metodologia baseou-se em levantamento bibliográfico exploratório e interdisciplinar para rastrear o sentido histórico-etimológico da expressão. Os resultados demonstram que a Mesa Redonda de Santiago (1972) não lhe ofereceu propriamente um destaque, focando-se mais no “papel” dos museus no desenvolvimento econômico local. Notou-se a transformação semântica do termo “social” e que a disputa em torno da “função social dos museus” vem se dando mais no plano das expectativas e performances institucionais, não no de suas finalidades precípua. Conclui-se que todo museu cumpre uma função social ao realizar essas finalidades e alerta para a necessidade de clareza conceitual, distinguindo entre as funções sociais intrínsecas dos museus e os papéis sociais que lhes são atribuídos, crucial para uma atuação que de fato gere efeitos sistêmicos e concretos na sociedade.

Palavras-chave: função social; papel social; museologia; museus; Mesa Redonda de Santiago do Chile.

ABSTRACT

The article investigates the polysemy of the expression “social function of museums”, problematizes the absence of a conceptualization and its impact on discourses in museology. Starting from a gap in teaching practice and literature, the study analyzed the multiple meanings attributed to the expression over time. With a speculative and theoretical approach, the methodology was based on exploratory and interdisciplinary bibliographic research to trace the historical and etymological meaning of the expression. The results show that the Santiago Round Table (1972) did not really highlight the term, focusing more on the “role” of museums in local economic development. We noted the semantic transformation of the term “social” and that the dispute over the “social function of museums” has been taking place more on the level of institutional expectations and performances, rather than their primary purposes. The conclusion is that every museum fulfills a social function by carrying out these purposes, and alerts us to the need for conceptual clarity, distinguishing between the intrinsic social functions of museums and the social roles attributed to them, which is crucial for actions that generate systemic and concrete effects on society.

Keywords: social function; social role; museology; museums; Santiago de Chile Round Table.



Introdução

On dirait que l'humanité ignore ce que sont les musées et à quoi ils servent réellement.¹

Mario E. Teruggi

A confusão conceitual é proporcional à confusão dos modos como nos aparecem os fatos que pretendemos compreender. [...] nossos esforços, tanto de observação empírica quanto de clareza conceitual, devem se redobrar se pretendemos trazer alguma contribuição para a compreensão menos superficial da complexidade que nos rodeia.

Lúcia Santaella

No arco de tempo entre o estabelecimento do Estado Liberal e do Capitalismo Fabril no século XVIII e as suas transmutações nos séculos seguintes em Estado Democrático de Direito e em Capitalismo Cognitivo, concomitantemente às transformações da linguagem e dos conceitos no período, a forma-museu moderna estabeleceu-se, disseminou-se e (também) se transmutou, incorporando à sua dimensão ôntica e ao seu *modus operandi*, ao seu ser concreto e ao seu fazer, muito daquilo que podemos chamar hoje de seus “elementos constituintes”: por exemplo, o fato de que é uma *instituição* (sem fins lucrativos); que cumpre uma *função social*; que *está a serviço* da sociedade e de seu desenvolvimento, e por aí vai.

Em certa medida, tais “elementos constituintes” são tópicos consensuais para boa parte dos agentes da museologia. Contudo, muitas dessas expressões não são endógenas à área, nem estabelecidas como conceitos claros e precisos, demandando de todos nós a postura atenta que a epígrafe acima recomenda. Sobretudo porque disputas semânticas e interpretações conflitantes de sentido acontecem o tempo todo, visto que o sentido das palavras não é determinado pelo dicionário, mas pelo uso, como bem apontou Wittgenstein (1999, p. 43) ao declarar que “a significação de uma palavra é o seu uso na linguagem”.

¹ “Parece que a humanidade não tem ideia do que são os museus ou para que eles realmente servem”, em tradução livre.

Com isto em mente, a prática docente na Unirio tem detectado o desejo de uma melhor compreensão / precisão dos sentidos por trás de algumas expressões usualmente empregadas no campo dos museus.² Em 2022, no ano de comemoração do cinquentenário da Mesa Redonda de Santiago do Chile, esse desejo voltou-se para a expressão “função social” e assim se manifestou: “do que estamos falando quando falamos o que falamos”?³ Ou seja: se esmiuçássemos essa que é, para muitos, uma marca distintiva daquele encontro,⁴ o que sua análise semântico-conceitual revelaria sobre os equipamentos que conhecemos e com os quais operamos? E o que diria sobre nós – professores, pesquisadores, profissionais, militantes e estudantes do campo – quanto ao seu emprego? Seguimos todos uma mesma definição do que seja a expressão? Há divergências?

Sem perder de vista as definições do Icom e do Ibram sobre o que seja um museu, a produção científica sobre a área, bem como a produção científica de outras áreas sobre os tais “elementos constituintes”, o plano de estudos que serviu de base para este artigo visou compreender o(s) sentido(s) por trás da referida expressão

² Entre 2018 e 2022, inclusive, o referido desejo serviu de guia para a elaboração e implantação de um plano de estudos em que bolsistas de IC puderam investigar, entre outras coisas, as sutis distinções de entendimento entre as expressões “museologia social” e “sociomuseologia”. O projeto intitulava-se “Glossário de termos das ‘novas museologias’ da segunda metade do século XX” e consistia em um mapeamento das transformações semânticas, ao longo do tempo, desses e de doze outros termos e expressões – altermuseologia; ecomuseologia; museologia ativa; museologia da ação; museologia da ruptura; museologia comunitária; nova museologia; ecomuseu(s); museu(s) de território/territoriais; museu(s) social(is); museu(s) comunitário(s); novo(s) museu(s) – tendo, como base, os artigos publicados na revista *Cadernos de sociomuseologia*, editada pela Universidade Lusófona (Lisboa/Portugal) desde 1993.

³ Título de plano de estudos iniciado em 2023, focado na análise semântico-conceitual de alguns termos e expressões alusivos aos museus e não cobertos pela obra *Conceitos-chave da museologia*, editada por André Desvallées e François Mairesse. Neste artigo, considerou-se apenas a expressão “função social dos museus”, cujo referido plano de estudos vincula-se ao projeto de pesquisa “Museus, do Estado Moderno ao Capitalismo Cognitivo: breve investigação sobre alguns de seus elementos constituintes”, contemplado com bolsa de Iniciação Científica Unirio nos editais de 2023 e de 2024.

⁴ Na verdade, para sermos bem precisos, “função social dos museus” seria uma marca distintiva da nova museologia. Contudo, como a Mesa Redonda de Santiago do Chile é entendida como “a primeira manifestação pública” do movimento – como pode ser observado logo nas primeiras linhas da Declaração de Quebec, de 1984 (Declaração [...], 2010), – tem-se, por decorrência, o entendimento de que a expressão também é sua marca distintiva – como será posteriormente reiterado pela Unesco (2017) em sua “Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, de 2015.

ao longo do tempo e identificar, na literatura em língua portuguesa sobre os museus, uma eventual proposição conceitual da museologia para ela.

Diante da diversidade de entendimentos e de usos dados à expressão, e tendo em vista o fato de que não encontramos nos textos lidos enfrentamentos analíticos concretos (em termos conceituais, importante frisar) dos seus sentidos possíveis, a hipótese levantada foi a de que os mesmos, em nossa área, nunca foram plenamente estabelecidos em termos conceituais, pois foram tratados como subentendidos e/ou consensuais, fazendo com que sua polissemia gerasse, por vezes, discursos pouco precisos e/ou defesas abstratas, levando-nos ao questionamento anteriormente mencionado: afinal, “do que estamos falando quando falamos o que falamos”?

Esse “desafio hermenêutico” gerou, então, um plano de estudos essencialmente especulativo e teórico, baseado em levantamento bibliográfico exploratório e imbuído da compreensão de uma museologia como parte integrante das Ciências Sociais (*tout court*) e, por isso, passível de colaborar com análises e formulações teóricas sobre aspectos do social. Para tanto, foram estabelecidos diálogos com contributos advindos da sociologia, do direito, da filosofia, da história e da ciência política, com procedimentos metodológicos estruturados em três etapas: a primeira, focada no esclarecimento do sentido histórico e etimológico da expressão “função social” (complementado por aspectos importantes da virada do século XIX para o século XX, como “questão social” e “doutrina do solidarismo”, bem como uma discussão sobre a própria trajetória dos sentidos por trás da palavra “social”);⁵ a segunda, dedicada à expressão “função social dos museus”, mesclando textos compilados pela edição comemorativa publicada pelo Programa Ibermuseos (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, 2012b) com textos de autores brasileiros e portugueses da

⁵ Para a identificação e seleção desses textos, utilizou-se exclusivamente a busca direta no Google com ênfase para autores do direito e da sociologia. O objetivo, nesse momento, era identificar o sentido inicial da expressão. Na altura, o primeiro dos autores identificados foi o advogado Davi Farizel (2016), a partir de cujo texto os demais temas foram sendo definidos e buscados na web.

museologia.⁶ Aqui, nossa intenção era dupla: por um lado, observar se a área estava produzindo reflexão crítica (conceitual, mais precisamente) a respeito dos sentidos da expressão; e, por outro, identificar eventuais padrões ou divergências em torno da ideia de função social dos museus;⁷ por fim, a terceira e última etapa foi composta de duas frentes: a primeira, tratou-se de uma revisão humana dos resultados alcançados em confronto com os textos previamente analisados; a segunda, tratou-se de uma revisão realizada com auxílio de ferramentas de inteligência artificial.⁸ A combinação das duas frentes visou identificar e sanar eventuais lacunas, bem como aprimorar os entendimentos alcançados.

Os dois conjuntos de notas a seguir apresentados – sobre “função social” e sobre “função social dos museus” – dizem, portanto, respeito às referidas etapas I e II. As notas subsequentes dizem respeito à etapa de revisão e de aprimoramento de todo o processo.

Da função social: breves notas a partir do direito, da sociologia e da doutrina social da Igreja Católica

Para Davi Farizel (2016)⁹, como tudo existe em sociedade, tudo aquilo que existe “serve a sociedade ao dar cumprimento às suas

⁶ Para a identificação e seleção desses textos, utilizou-se agora a busca no Google Acadêmico com ênfase nos resultados em língua portuguesa. O objetivo, nesse momento, era identificar o sentido dado por essa área à expressão. Para tanto, foram selecionados os textos que possuíam a expressão no título, indicando um possível efetivo comprometimento do autor com a reflexão sobre o tema tratado (o que, importante frisar, do ponto de vista estritamente da reflexão conceitual, quase nunca aconteceu).

⁷ Os primeiros resultados do referido plano de estudos foram apresentados na Jornada de Iniciação Científica – JIC/Unirio de 2024. Contou, para tanto, com a análise de uma enquête complementar, realizada junto ao corpo discente por Vitória Saldanha da Gama Chaves (então bolsista BIA), que visava apreender as percepções do alunado dos cursos de museologia (Integral e Noturno) da Unirio sobre as expressões em questão.

⁸ Nessa etapa, as ferramentas utilizadas foram ChatGpt, DeepSeek (versões V2 e R1), Gemini (versões 2.5 Pro Preview e Deep Research) e NotebookLM, a partir do material lido e/ou produzido na pesquisa.

⁹ Importante frisar que o direito à propriedade é a porta de entrada para o entendimento do conceito jurídico “função social”. Ao contrário dos demais textos deste bloco, o ponto de partida para a sua compreensão, contudo, não se deu por um texto acadêmico, mas por um artigo de divulgação científica publicado pelo advogado Davi Farizel (2016) na plataforma JusBrasil.

finalidades”: a função da macieira é dar frutos (maçãs), a função da casa é dar abrigo, a função do carro é deslocar seus passageiros de um ponto a outro etc. Pensando estritamente nas finalidades das coisas, portanto, quando algo cumpre a sua finalidade precípua, tem-se que ele atende sua função social (ou seja, a função que esse algo exerce em sociedade). Chamemos isto, provisoriamente, de “primeira camada de entendimento” do que seja a função social das coisas.

No direito, contudo, onde se tornou um conceito fundamental, a expressão “função social” parece ter ainda uma segunda camada (uma certa “sutileza acrescida”, digamos assim), visto que o conceito permeia todas as esferas da convivência em sociedade, orientando a atuação individual para uma dimensão coletiva. Ou seja, tudo deve cumprir uma função que contribua para o bem comum e para a coesão social.

Essa camada pode ser tanto intencional quanto uma consequência natural da existência e utilização de determinado bem ou direito. Voltando ao exemplo da casa: quando habitada e conservada, não apenas cumpre sua função social primária (prover abrigo e segurança a uma família), mas também contribui para a valorização do espaço urbano ao seu redor, para a estabilidade social e o bem comum. Em contrapartida, quando abandonada, pode deixar de atender a esses propósitos, o que pode até justificar intervenções externas legais.

Ainda que seja fortemente associada ao instituto da propriedade, a função social não se restringe a ele, mas se estende ao exercício de todos os direitos. Nesse sentido, entende-se que o conceito impõe limites ao exercício dos direitos individuais como um todo, exigindo que sua aplicação considere sempre o impacto no bem-estar coletivo. Assim, a função social configura-se como um critério essencial para avaliar a interação entre indivíduos e bens na sociedade, garantindo que tais relações sejam orientadas para a justiça e a harmonia social.

Luciano Lopes Martins (2019) pondera que no direito romano a propriedade era concebida como um direito absoluto, consubstan-

ciado no *jus abutendi*,¹⁰ que conferia ao proprietário domínio total sobre o bem, inclusive a prerrogativa de destruí-lo. No entanto, essa concepção transformou-se no tempo, sendo progressivamente limitada por princípios que impõem a necessidade de que a propriedade cumpra uma função social. Dentre os pensadores utilizados em sua argumentação para o esclarecimento dessa transformação histórica do sentido do direito de propriedade, chama atenção o pensamento de Léon Duguit (1859-1928), jurista francês que concebe a propriedade não apenas como um direito do indivíduo, mas como um vínculo que impõe deveres ao proprietário, de modo que o bem deve gerar benefícios não apenas ao seu titular, mas também à coletividade.

Andréia Alves de Almeida (2005), complementando a investigação sobre a origem e a evolução do conceito de propriedade, destaca que sua compreensão foi profundamente influenciada por pensadores vinculados à doutrina cristã, como Santo Agostinho (354-430) que, refletindo sobre a terra, ponderou que ela deveria ser não apenas produtiva, mas atender às necessidades humanas, expressando preocupação ética com a justiça e a equidade na distribuição dos recursos. E São Tomás de Aquino (?-1274), que fundamentava a propriedade privada como um direito natural, mas condicionava sua legitimidade ao atendimento do bem comum.

Durante a Idade Média, portanto, a Igreja Católica, apesar de sustentar o caráter sagrado da propriedade, também promoveu a ideia de que ela deveria ter uma destinação social, concepção posteriormente reforçada por encíclicas como *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), como demonstrado por Francisco Antônio de Andrade Filho (1998), que investiga a relação entre a doutrina social da Igreja Católica e os desafios sociais e econômicos do século XIX e início do século XX, tendo como ponto central a encíclica *Rerum Novarum* (1891), do papa Leão XIII (1810-1903).

A *Rerum Novarum* defende o direito natural à propriedade privada, mas reforça sua função social inerente, destacando a neces-

¹⁰ Direito de abusar, de dispor do bem como quiser. Um dos três atributos do direito de propriedade (os demais são “direito de usar” e “direito de desfrutar”).

sidade de intervenção do Estado para garantir o bem comum. Leão XIII critica a concentração de riqueza e a exclusão social resultantes do capitalismo industrial, denunciando a dissociação entre economia e moralidade, a concorrência irrestrita e a lógica individualista do mercado. Ao mesmo tempo, rejeita o socialismo por considerá-lo ineficaz e injusto, uma ameaça à estrutura familiar e social, além de propor a abolição da propriedade privada, o que, segundo a Igreja, comprometeria a liberdade individual e a estabilidade da sociedade.

A doutrina social da Igreja surge, assim, neste contexto, como uma alternativa que visa promover justiça social, dignidade humana e solidariedade,¹¹ evitando os extremos do liberalismo e do coletivismo. Essa perspectiva será desenvolvida por papas subsequentes, que reafirmam a importância da propriedade privada e da dignidade humana, ao mesmo tempo que denunciam os excessos e desigualdades geradas pelos modelos econômicos predominantes. Desta forma, o pensamento social católico busca preservar seus valores fundamentais, mas também se engajar nos desafios contemporâneos, tentando conciliar princípios éticos intemporais com as novas realidades econômicas e políticas.

Do lado da sociologia, Gerardo Clésio Arruda (2018) explora o conceito de solidariedade a partir do sociólogo francês Emile Durkheim (1858-1917), destacando que ele vai além do altruísmo, sendo visto como um vínculo social que envolve trocas e compromissos dentro de uma comunidade. Ele argumenta que a sociedade deve ser compreendida como uma complexa rede de interações e dependências mútuas, na qual cada indivíduo vai desempenhar funções que sustentam o todo social. Podemos, assim, enxergar a solidariedade como um aspecto originador de vínculos entre os indivíduos e de proteção, servindo de alicerce sobre o qual se institui o regime de direitos sociais. A sociedade é, então, formada por interações necessárias entre todos os indivíduos, devido à sua interdependência para a sobrevivência, não se limitando à soma das partes, mas refletindo as relações entre seus membros e as regras que surgem

¹¹ Princípios que, a partir do século XX, veremos fortemente presentes no Estado Social (sobretudo a partir da Revolução Russa e da quebra da bolsa de Nova Iorque) e no Estado Democrático de Direito (surgido como uma forma de barrar a propagação de regimes totalitários).

dessas interações. Esse entendimento, que remonta à filosofia política e ao desenvolvimento da divisão do trabalho, revela que as leis e instituições sociais emergem dessas interações por processos políticos informais enraizados na consciência coletiva.

Além disso, embora a solidariedade seja um princípio fundamental, junto com liberdade e igualdade, não é vista como algo totalmente justo, na medida em que ela pode ser seletiva, o que leva à criação de minorias excluídas e de grupos radicais, sejam eles políticos, religiosos etc. A doutrina do solidarismo, baseada na ideia de que todo indivíduo nasce em dívida com as gerações passadas e tem a obrigação moral de contribuir com a coletividade, é uma visão compartilhada e desenvolvida por importantes intelectuais do século XIX, como Léon Bourgeois (1851-1925), advogado e estadista francês, que propõe que a solidariedade promova educação, profissionalização e inclusão social. A solidariedade, assim, não seria apenas um valor moral, mas uma base para políticas públicas que visam a justiça social e a participação de todos na construção e no aproveitamento do patrimônio coletivo. O que dará sustentação ao pensamento social da Igreja Católica acima mencionado e ao entendimento de que a função social também designa um comprometimento com o bem comum.

Por fim, Victor Strazzeri (2014) acrescenta outro elemento à discussão ao analisar a transformação semântica e política do próprio termo “social” ao longo do tempo, enfatizando como sua transição de adjetivo para substantivo esteve diretamente associada à ascensão do movimento operário e à emergência da chamada “questão social”. O autor demonstra que, na fase revolucionária da burguesia, o termo “social” foi amplamente utilizado como um conceito universal e inclusivo, sugerindo que os interesses dessa classe representavam o progresso de toda a sociedade. No entanto, à medida que o proletariado começou a reivindicar direitos e a se consolidar como sujeito político, a burguesia alterou sua estratégia discursiva. O termo “social” deixou de designar aquilo que é essencialmente “relativo à sociedade” e foi gradativamente particularizado e tornado restrito às camadas menos favorecidas, consolidando sua associação com a “questão social” e deslocando, desta forma, sua abrangência semântica.

Strazzeri evidencia, assim, a dinâmica estratégica da burguesia em duas fases distintas: primeiramente, houve uma universalização abstrata do “social”, pela qual buscou apropriar-se do termo para diluir as reivindicações da classe operária; posteriormente, com a intensificação da luta de classes, ocorreu uma particularização do conceito, reduzindo o “social” à esfera das demandas proletárias. Dessa forma, a “questão social” passou a ser enquadrada como um problema setorial e não como uma questão estrutural da sociedade, servindo como mecanismo de contenção política das reivindicações por justiça e igualdade. No entanto, essa centralidade também revela um paradoxo: enquanto algumas correntes teóricas afirmam que o ser humano é intrinsecamente social, outras, notadamente desde a ascensão da ideologia liberal, insistem na primazia do indivíduo autônomo e autocentrado.

Essa tensão epistemológica influenciou o modo como o termo “social” foi mobilizado tanto no campo científico quanto no político, ora como um princípio de coesão e solidariedade, ora como um marcador de exclusão e segmentação. Esse processo, segundo o autor, está inserido em um fenômeno mais amplo de “batalhas terminológicas”, no qual conceitos são constantemente ressignificados ou apropriados por setores conservadores para moldar a percepção da realidade de maneira ideologicamente orientada. Citando Karl Marx (1818-1883), Strazzeri argumenta, contudo, que a mudança na nomenclatura de um fenômeno não altera sua essência, mas pode obscurecer sua compreensão e dificultar a formulação de respostas políticas eficazes. Por fim, o autor enfatiza a necessidade de uma análise crítica da linguagem e da genealogia dos conceitos, a fim de recuperar as camadas históricas de significado que se perderam ou foram distorcidas ao longo do tempo. Com isso, não apenas contribui para o debate sobre a evolução do termo “social”, mas também alerta para a importância de se compreender as implicações políticas das transformações semânticas, especialmente em um contexto de disputa ideológica sobre os sentidos do “social” na contemporaneidade.

Da função social dos museus: breves notas, de Santiago do Chile aos dias de hoje

No mundo dos museus, essas disputas e transformações semânticas também estão presentes, como poderemos observar nos diversos textos aqui sumarizados, produzidos nas décadas seguintes à realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Antes, contudo, é importante lembrarmos a nota 5 e reiterarmos que o evento não conferiu propriamente um especial destaque à expressão “função social”.

Além disso, é verdade que o encontro ocorreu num contexto maior de transformações do nosso entendimento dos museus, expresso, por exemplo, no arco de tempo (e propositivo) que vai de 1958 (com a realização do Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, no Rio de Janeiro) a 1971 (com a 9ª Conferência Geral do Icom, realizada em Grenoble, afirmando “O museu a serviço do homem: hoje e amanhã. O papel educacional e cultural do museu”), passando por 1960 (com a assinatura, em Paris, da “Recomendação sobre os meios mais eficazes para tornar os museus acessíveis a todos”, no âmbito da 11ª Sessão da Conferência Geral da Unesco); 1964 (com a realização do Seminário Regional da Unesco sobre o papel dos museus na África contemporânea, em Jos e Lagos, na Nigéria); e 1966 (com a realização do Seminário Regional da Unesco sobre o Desenvolvimento dos museus na Ásia, em Nova Delhi, Índia). Além disso, torna-se um contexto de busca explícita de alinhamento, pela Unesco, do mundo dos museus ao ideário desenvolvimentista e do mundo da cultura em geral à ideia de planejamento (Dias, 2023).

E, se tomarmos como base a compilação de textos e documentos realizada pelo Programa Ibermuseos para a comemoração dos quarenta anos daquela Mesa, temos isto de forma explícita, com o foco do evento recaindo ora “sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo”¹² (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 13, tradução nossa, grifo nosso), como se pode ver

¹² Original em espanhol: “sobre el desarrollo y el papel de los museos en el mundo contemporáneo”.

em seu programa; ora “sobre o desenvolvimento e a importância dos museus no mundo moderno”¹³ (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 15), como se pode ver nas informações gerais para os participantes; ou mesmo sobre “o papel do museu na América Latina”¹⁴, título do volume XXV, número 3, da revista *Museum*, publicada originalmente em 1973, dedicada àquele evento e apresentada em 2012 como volume 2 do trabalho realizado pelo Programa Ibermuseos (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012b, p. 13).

Avancemos, mas não percamos de vista esses títulos.

No *Guia de preparação individual*, fornecido aos participantes, temos o objetivo da reunião:

Tendo como base e ponto de partida os problemas fundamentais enfrentados atualmente na América Latina, a Mesa-redonda deverá identificar as soluções a serem propostas pelos museus para certos problemas provocados por uma sociedade latino-americana em processo de transformação e desenvolvimento. Embora seja desejável que algumas conclusões gerais sejam emitidas, o mais importante será promover uma mudança na atitude de cada um dos participantes em relação ao seu próprio museu (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 18).¹⁵

Graças a essa preparação demandada, os participantes poderiam abordar aquele que seria considerado o tema principal da reunião: “o museu em si mesmo, suas perspectivas no futuro, sua integração ativa na vida da comunidade” (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 19).¹⁶ E poderiam chegar à “mudança na atitude” almejada, consagrada com a proposição do chamado “museu integral”: um novo enfoque na atuação dos museus existentes (uma

¹³ Original em espanhol: “sobre el desarrollo y la importancia de los museos en el mundo moderno”.

¹⁴ Original em francês: “Rôle du musée dans l’Amérique latine d’aujourd’hui”.

¹⁵ Original em espanhol: “Tomando como base y punto de partida los problemas fundamentales de la América Latina contemporánea, la Mesa Redonda deberá determinar las soluciones que los museos han de dar a ciertos problemas planteados por la sociedad en vías de transformación y por el desarrollo, en el ámbito preciso de América Latina. Aunque es de desear que se llegue a unas conclusiones generales, lo más importante será lo cambio de actitud de cada uno ante su propio museo”.

¹⁶ Original em espanhol: “El museo en sí mismo, sus perspectivas en lo futuro, su integración activa en la vida de la comunidad”.

mudança na mentalidade por trás de suas exposições, não propriamente uma nova tipologia de museu), doravante abertos ao território e a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Do ponto de vista estrito da palavra “função” e/ou das suas expressões derivadas – “função social” e “função social do museu” –, contudo, suas únicas aparições formais dão-se em três momentos: 1) na Segunda Resolução de Caráter Geral, onde se diz “que os museus intensifiquem seu trabalho de recuperação do patrimônio cultural, conferindo-lhe uma função social para evitar sua dispersão fora da região da América Latina”¹⁷ (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 32), na qual a expressão refere-se ao patrimônio, não exatamente ao museu (além do fato de que sua intenção não é esclarecida); 2) no debate que se seguiu à apresentação do geólogo argentino Mário Teruggi, quando foi registrada a seguinte passagem:

Em 90% dos casos, os museus são dedicados ao humanismo. Devemos considerar se o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade se alcançará através de um desenvolvimento essencialmente cultural humanista ou se, na realidade, devemos encará-lo como um complexo humanista e científico ao mesmo tempo. Desta decisão dependerá a *função do museu na comunidade* (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 69, grifo nosso).¹⁸

3) por fim – e talvez a passagem mais importante (dado o local em que aparece: em “Princípios norteadores do museu integral”) –, tem-se que

a *função básica dos museus* é mostrar aos visitantes o seu lugar no mundo, bem como conscientizá-los dos seus problemas enquanto indivíduos e membros de sociedade. Para atingir este objetivo, os museus devem apresentar esses problemas e indicar as perspectivas que conferem um sen-

¹⁷ Original em espanhol: “Que los museos intensifiquen sua tarea de recuperación del patrimonio cultural para ponerlo en función social para evitar su dispersión fuera del medio Latinoamericano”.

¹⁸ Original em espanhol: “En el 90% de los casos los museos están dedicados al humanismo. Debemos considerar si el desarrollo económico y social de una comunidad se logrará a través de un desarrollo esencialmente cultural humanista o si en realidad debe encarárselo como un complejo humanista y científico a la vez. De esta decisión dependerá la función del museo en la comunidad”.

tido construtivo à existência humana (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 85, grifo nosso).¹⁹

Ainda que as duas últimas passagens citadas também não esclareçam exatamente a natureza da referida função mencionada – técnica? cultural? econômica? outra? –, e mesmo que elas possam ser perfeitamente trocadas por outras expressões – como “o papel do museu na comunidade” e “o objetivo básico dos museus”, respectivamente –, convencionou-se entender que, em Santiago do Chile, tratava-se da *função social dos museus*, sendo essa a tônica de inúmeros trabalhos produzidos nas décadas subsequentes, como veremos a seguir.

Mário C. Moutinho (1989), por exemplo, destaca a importância da Mesa Redonda na transformação da museologia, enfatizando que essa conferência marcou a ampliação da função social dos museus. Critica o caráter elitista e expositivo dos museus tradicionais, que, muitas vezes, priorizam a transmissão passiva de conhecimento e refletem os valores das classes dominantes, excluindo a diversidade social. Além disso, o autor aponta que a percepção pública dos museus muitas vezes tende a se limitar ao espetáculo museológico, em vez de promover uma experiência educativa profunda, capaz de ampliar o repertório crítico do visitante. Essas limitações reforçariam a necessidade de uma transformação na função dos museus, devendo se tornar espaços mais acessíveis, interativos e comprometidos com o desenvolvimento social.

Nesse sentido, aborda o conceito de “museu integral”, inseparável da comunidade, que não apenas conserva e expõe objetos, mas atua como uma força mobilizadora, estimulando a consciência crítica e incentivando a participação ativa dos cidadãos nos processos de mudança social. Apontando que a relação entre museus e seu meio social permanece em um campo pouco explorado, sendo geralmente descrita apenas em termos de suas funções mais evidentes, o autor destaca ainda que, apesar de iniciativas inovadoras

¹⁹ Original em espanhol: “La función básica de los museos es ubicar al público dentro de su mundo para que tome conciencia de su problemática como hombre-individuo hombre social. Para cumplir este fin los museos deben presentar esta problemática y también las perspectivas que permitan al hombre dar un sentido constructivo a su existencia”.

surgirem isoladamente em diferentes países nas décadas de 1970 e 1980, a articulação internacional em um movimento só ocorreu com eventos como o Atelier Internacional de Quebec, em 1984. A partir desse encontro, a função social dos museus teria sido redefinida para incluir a participação comunitária, a descentralização e a interdisciplinaridade como elementos centrais da prática museológica, propondo-se que os museus abandonassem a visão centrada apenas na preservação de acervos, passando a atuar como agentes de transformação social.

Maria Cristina Oliveira Bruno (2006), por sua vez, prioriza a preservação e o estudo dos acervos como contribuições essenciais dos museus para a sociedade. A autora destaca que a museologia contribui para a sociedade ao auxiliar na identificação de referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que transformam essas referências em patrimônio e na implementação de processos comunicacionais voltados para a educação formal. O museu é apresentado como o modelo institucional responsável pela construção e administração da memória. Essa relação de interdependência evidencia, contudo, que sua função social não se limita à preservação de acervos, mas envolve também processos de mediação e interpretação do patrimônio. Além disso, Bruno enfatiza a necessidade de um diálogo constante entre museus e sociedade e, citando Postman (1989), reforçando que a função social do museu deve incluir a comunicação com o público e a participação ativa na vida social. Outro aspecto central em sua abordagem é o papel dos museus na construção e administração da memória, que se baseia na articulação entre indicadores culturais, materiais e imateriais. Para Bruno, essa dimensão da função social implica que os museus desempenham um papel ativo na forma como a sociedade se relaciona com sua história e identidade. Sua visão sobre a função social dos museus, assim, estrutura-se na interseção entre preservação, educação e comunicação.

Já Manuelina Maria Duarte Cândido (2007) explora a questão da função social dos museus analisando momentos de crise, ruptura e emergência de novos paradigmas. Inicialmente voltados à preservação de coleções, eles se transformaram em instituições

dinâmicas, comprometidas com a reflexão crítica, a educação pública e a integração comunitária. Um ponto central de sua análise é o impacto dos marcos internacionais na redefinição da função social dos museus, especialmente na América Latina. Cândido, então, destaca a Declaração de Santiago do Chile (1972) como um momento fundador da nova museologia, que consolidou a ideia do museu como instrumento de transformação social.

A redefinição do público é outro aspecto fundamental dessa transformação. Cândido argumenta também que os museus não apenas buscaram ampliar seu alcance, mas também aprimorar a qualidade da interação entre os indivíduos e os objetos expostos. A função educativa é vista, desse modo, de maneira ampliada. Mais do que um instrumento de ensino formal, o museu se posiciona como um espaço de aperfeiçoamento intelectual, artístico, ideológico e cultural, conduzindo o público à reflexão sobre sua própria realidade.

Além disso, a autora enfatiza o papel do museu como agente de transformação social. Para Cândido, o museu não apenas preserva e comunica o passado, mas também articula passado, presente e futuro, sendo um “deflagrador de utopias”. Ele contribui para a construção de identidades, o desenvolvimento da consciência crítica e a promoção da cidadania, reafirmando seu compromisso com a sociedade. O caráter interdisciplinar e a ampliação das competências profissionais tornam-se essenciais para que o museu cumpra sua função social de maneira eficaz.

Mário Chagas, Rafael Bezerra e Sarah Benchetrit (2008), no texto de apresentação do livro relativo ao Seminário Internacional “A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos”, realizado no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, concebem a instituição museal como espaço de disputa simbólica, memória e identidade, ressaltando sua função social como uma responsabilidade dinâmica e compartilhada, que deve ser estruturada nesses espaços de construção identitária e de direito à memória. Alinhando-se às diretrizes da Mesa Redonda, eles reforçam que os museus devem se posicionar como agentes ativos na democratização do acesso à cultura, garantindo a representação de grupos historicamente excluídos.

Essa missão, contudo, envolve tensões, pois a afirmação de identidades locais e a contestação de narrativas hegemônicas podem gerar conflitos com interesses políticos e comerciais. Eles questionam, então: qual seria a função do museu tendo em vista as transformações da contemporaneidade? Como os museus buscam dialogar com essas transformações e como se comportam? A função social dos museus não deve se limitar à exposição de vivências e exclusões sem propor ações concretas; ao contrário, eles devem gerar desconforto crítico, ao questionarem as estruturas que perpetuam desigualdades, mostrando que nem todos os grupos têm o mesmo direito à memória.

Em outro texto, por sua vez, Chagas (2011) relembra a evolução dos museus desde a modernidade até o mundo contemporâneo: de equipamentos de preservação da memória e da visão de mundo das classes dominantes, bem como instrumentos ideológicos do Estado, a ferramentas acessíveis para promover novas formas de interação criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. O desafio atual é não apenas permitir que os movimentos sociais acessem os museus, mas também que utilizem essas instituições como ferramentas para promover justiça social, solidariedade e dignidade humana. Por fim alerta para o seu duplo papel: os museus tanto podem ser instrumentos de liberdade e generosidade, como também têm o potencial de aprisionar a história e a cultura.

Portanto, é necessário abordá-los com uma combinação de confiança e crítica, considerando seu poder “antropofágico”, ou seja, um domínio de devorar e assimilar praticamente qualquer aspecto da cultura e do passado, mas, ao mesmo tempo, podendo ser devorados e ressignificados pelas novas gerações. Chagas entende a instituição como espaço de tensão e conflito, onde memória e esquecimento, poder e resistência, encontram-se. Ele argumenta que essa tensão é vital para a criação e inovação, e que os museus têm um papel importante em servir aos movimentos sociais, ajudando a moldar e a preservar memórias coletivas. O autor nos mostra que os museus fazem parte de uma construção social que também está sempre em significativa mudança ao longo do tempo.

Pedro Pereira Leite (2016), por sua vez, também destaca seu papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e informada. Para esse autor, bem como para os anteriores, os museus não devem ser vistos apenas como instituições voltadas à guarda, preservação e exibição de objetos culturais, mas como agentes ativos de transformação social, compreendendo igualmente que a função social dos museus está diretamente ligada à cidadania e ao desenvolvimento humano e social. Leite enfatiza que a função social dos museus deve transcender a lógica econômica tradicional, e critica a tendência de se valorizar essas instituições apenas pelo seu potencial de geração de renda. O verdadeiro valor dos museus, segundo ele, reside na criação do que ele denomina “valor de cidadania”.

Argumenta, assim, que os museus devem ser espaços de encontro e diálogo. Eles devem funcionar como laboratórios de inovação social, comprometidos com a emancipação e a superação das desigualdades, respeitando a diversidade cultural e promovendo o respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, destaca os desafios contemporâneos enfrentados pela função social dos museus, apontando que sua simples menção em documentos normativos não garante sua implementação. Para o autor, é fundamental que os profissionais da museologia transformem essa diretriz em ações concretas e mensuráveis. E defende que essa transformação seja um compromisso ativo da museologia social, evitando-se que a função social se torne apenas um conceito abstrato sem reflexos práticos.

Outro aspecto crítico por ele mencionado refere-se à abordagem tradicional dos “estudos dos públicos”, que frequentemente trata os visitantes dos museus como meros consumidores, ajustando suas ofertas com base em estratégias de mercado. O autor argumenta que essa perspectiva é limitada e sugere o desenvolvimento de ferramentas mais abrangentes para avaliar a função social dos museus, considerando não apenas a satisfação dos visitantes, mas também a produção dos serviços museológicos e suas externalidades sociais. Para ele, a avaliação dessa função deve levar em conta não somente a experiência dos públicos, mas também as transformações sociais que essas instituições podem promover.

Em seu texto, Joice Leticia Jablonski (2018) também nos mostra que compreende a função social dos museus como um conceito que vai além das atividades tradicionais, passando a incluir a educação, a promoção da cidadania e o fortalecimento da cultura dentro da comunidade em que a instituição está inserida, compreensão influenciada por marcos históricos e teóricos como a Mesa Redonda de Santiago do Chile e a noção de museu integral. Alinhada aos princípios da nova museologia, questiona o papel tradicional dos museus e enfatiza sua relevância social e comunitária. No texto em questão, Jablonski apresenta o seu entendimento de função social dos museus, ampliando a análise a um caso concreto, em que busca identificar como as representações sociais da população de Corupá (SC) relacionam-se com o desempenho dessa função no Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. Seu enfoque destaca a necessidade de adaptar as práticas museológicas para responder às expectativas e necessidades do público, promovendo um maior engajamento e participação.

Isadora Mellado (2019), por sua vez, compreende a função social dos museus como um processo educacional inerente a essas instituições, desenvolvido de maneira integral e não restrito a um setor específico. Sua pesquisa foca especialmente museus de artes visuais e instituições culturais atuantes nesse campo, analisando como essas entidades ajustam suas práticas para atender às demandas sociais contemporâneas. A função social dos museus envolve, assim, um contínuo reajuste e transformação para que eles possam servir à sociedade de maneira abrangente, ultrapassando a mera preservação de coleções para promover educação, reflexão crítica, integração comunitária e desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Como diversos outros autores, Mellado também fundamenta sua análise nas reflexões e consequências do encontro realizado em Santiago do Chile e examina as relações entre os museus e seus públicos, considerando a distribuição espacial dessas instituições na cidade de São Paulo, o que permite uma compreensão mais aprofundada da acessibilidade e do impacto social dessas entidades. Seu estudo e entendimento da função social, portanto, como observado por outros de seus colegas, reforça a importância desses

equipamentos como agentes ativos na construção da cidadania e na democratização do acesso à cultura.

Viviane Panelli Sarraf (2022), em sua análise pós-pandemia dos museus, aborda a sua função social enfatizando que, mesmo em tempos de crise, essas instituições devem continuar servindo à sociedade de forma inclusiva e acessível. A autora destaca a diversidade dos públicos dos museus, defendendo que a acessibilidade cultural deve ser uma prioridade. Esse compromisso envolve a recepção dos indivíduos e sua participação ativa na gestão e formulação de políticas culturais, garantindo que os museus reflitam e respeitem a diversidade da sociedade. Além disso, Sarraf (2022) vincula a função social dos museus ao direito fundamental de todos à participação na vida cultural da comunidade, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Como Leite, a autora também critica a tendência de valorização dos museus apenas por seu potencial de geração de renda, destacando a necessidade de superar a lógica econômica e reconhecer o verdadeiro valor dessas instituições na criação de um “valor de cidadania”. Em Sarraf, portanto, a função social dos museus transcende o mercado e se manifesta na sua capacidade de promover inclusão e bem-estar.

Por fim, em 2023, na apresentação do e-book resultante do seminário organizado pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) em comemoração aos cinquenta anos da Mesa de Santiago, Luciana Heymann (2023) retoma a discussão sobre a função social dos museus a partir da perspectiva daquele evento, destacando-o como um marco referencial para a museologia latino-americana. Ela enfatiza a concepção do museu integral, visto como voltado ao engajamento social, defendendo que o compromisso social dos museus deve ser constantemente repensado frente aos desafios contemporâneos, atuando como agentes propulsores de transformação social, em sintonia com o território e as necessidades da comunidade.

Além disso, reforça a necessidade de os museus assumirem compromissos concretos com suas comunidades, tornando-se espaços de escuta e ação diante de crises sociais e políticas, como o Museu da República, no Rio de Janeiro, que, durante a pandemia

de Covid-19, atuou como posto de vacinação. Por fim, a autora relaciona essas reflexões com a nova definição de museu do Icom,²⁰ que, no seu entendimento, reafirma os princípios defendidos na Mesa de Santiago, reforçando a função social, a acessibilidade e a inclusão como pilares fundamentais dos museus contemporâneos. Assim, na referida apresentação, a autora evidencia a necessidade de uma museologia latino-americana que supere concepções tradicionais e fortaleça o compromisso dos museus com a transformação social e o engajamento comunitário.

Da função, do papel, da missão, da responsabilidade, do objetivo e do compromisso: breves notas finais para atizar o debate a respeito de suas dimensões sociais

Depois de repassarmos a estruturação histórico-sociológica da expressão “função social”, bem como os entendimentos de alguns agentes da área da museologia sobre a “função social dos museus”, retomamos os textos originais desse segundo bloco de modo a verificar se possuíam ou não uma estrutura frasal que denotasse uma formulação conceitual para a expressão.

Para tanto, valemo-nos do Deepseek para a estruturação de uma possível caracterização do que seria – em termos das ciências sociais, da metodologia da pesquisa científica e da linguística – uma “definição”²¹ e aplicamos o resultado, com auxílio do Note-

²⁰ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”(ICOM Brasil, 2022).

²¹ Em linhas gerais, considerou-se que *definição* é um constructo teórico que delimita claramente um conceito, estabelecendo seus contornos semânticos e relações com outros termos dentro de um campo de estudo, devendo ser operacionalizável, evitar ambiguidade e contextualizar-se teórica e historicamente (refletir debates acadêmicos). Ao mesmo tempo, é um ato de enunciação que estabelece hiperônimos e traços distintivos, varia conforme o registro e reflete convenções lexicais.

bookLM, a cada um dos textos analisados. Por essa nova leitura (digital), confirmou-se o que já havia sido observado na leitura analógica (e demonstrado na sumarização acima feita): enquanto Santiago do Chile não faz qualquer efetiva menção à expressão “função social dos museus”,²² todos os demais textos o fazem, embora nenhum tenha apresentado uma definição – provisória que fosse – para ela. Há, na maioria das vezes, o que o NotebookLM denominou de “delimitação do campo semântico”, com a apresentação de elementos e características que contribuem para a compreensão do entendimento do autor sobre a questão, mas não propriamente uma conceituação.

Quanto a Santiago do Chile, não nos esqueçamos da fala de Hugues de Varine sobre o evento: expressou-se ali a busca pelo enfrentamento da dissociação, do ponto de vista do ideário desenvolvimentista do período, entre museus e sociedade.²³ É importante não perdermos de vista, também, que esse enfrentamento foi clamado em (mais) um momento de crise política e econômica no mundo: em pleno contexto de avanço de regimes autoritários na América Latina ao lado do avanço da “grande crise do modelo econômico do pós-guerra” (Anderson, 1995) e da crítica neoliberal ao Estado intervencionista e de bem-estar da primeira metade do século XX. Um ponto de inflexão, portanto, que, sob uma perspectiva de longa duração, coloca o evento chileno em um contexto que é, em algum grau, herdeiro desse longo arco de tempo que vem do estabelecimento do Estado Liberal a partir das revoluções burguesas do século XVIII, passando, no século XIX, pela transformação da

²² O texto utiliza diversas formulações relacionadas, como: “o papel dos museus na América Latina de hoje”; “instituição a serviço da sociedade”; “papel decisivo na educação da comunidade”; a necessidade de os museus “desempenharem um papel social”; a importância de “servir à conscientização dos problemas”; o museu como “agente incomparável da educação permanente da comunidade”; a necessidade de os museus responderem às “necessidades das grandes massas populares”.

²³ “Esse novo conceito de Mesa-redonda [...], que reuniu museólogos e especialistas em outras disciplinas, será inestimável para que o Icom resolva os principais problemas que precisam ser resolvidos, como o isolamento temporal e espacial em que os museus se encontram atualmente. [...] o Icom vê nessa reunião de Santiago uma oportunidade de unir as duas categorias de especialistas, especialistas em museus e especialistas no desenvolvimento econômico e social, para buscar a solução de um único problema, o da integração dos museus ao desenvolvimento” (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012a, p. 114).

discussão em torno do “pauperismo” em “questão social” (fazendo depois bifurcar o sentido da própria palavra “social”) e a penetração, na virada do século XIX para o século XX, da doutrina do solidarismo no Estado e no ordenamento jurídico, expressando-se no aparecimento do Estado Social e do Estado Democrático de Direito.

Assim, a Mesa de Santiago do Chile,

que juntou pela primeira vez museólogos com outros especialistas para discutir o papel dos museus na América Latina, foi considerada por Raymonde Frin [primeira editora da revista *Museum*] como uma nova experiência no que respeita a este tipo de encontros internacionais promovidos pela UNESCO.

O carácter interdisciplinar desta reunião fez com que os museólogos fossem confrontados com outros problemas, levantados pelos outros participantes, como as condições de vida das populações na América Latina o que obrigou aqueles a tomarem consciência do muito pouco ou quase nada que se tem feito nos museus sobre esta área e revelar de facto o divórcio existente entre o Museu e a Comunidade.

Por outro lado, os museólogos sentiram que o seu trabalho produzido nos museus não era insensível às questões económico-sociais como servia essencialmente para sua satisfação, e não era propriamente acessível às populações a quem se destinavam (Lima, 1993, p. 56).

Santiago do Chile, portanto, como já tínhamos chamado a atenção antes, não significou propriamente uma discussão sobre se os museus tinham ou não uma função social e, em caso afirmativo, qual seria ela. Pretendia-se saber, isto sim: que efetiva contribuição os museus poderiam dar ao desenvolvimento económico local? Ou seja, reconhecendo-se que os museus tinham um conjunto de atividades que poderiam ser entendidas como as suas finalidades precípuas (preservar, pesquisar, comunicar e educar), como fazer com que essas finalidades precípuas contribuíssem para o desenvolvimento local? A resposta àquele questionamento foi um novo entendimento de como os museus deveriam, a partir daquele momento, atuar: de modo integral, abertos ao território e, por meio da educação, a serviço da comunidade com a qual estivessem envolvidos. Tratou-se, portanto, como os documentos da época já apontavam, de uma discussão sobre o papel dos museus diante de um determinado contexto apresentado, como retomaremos e aprofundaremos mais adiante.

Quanto aos demais textos, foram observados, por sua vez, dois “movimentos” principais: de um lado, o fato óbvio e imediato de que a expressão foi abordada das mais distintas maneiras, ainda que todas associadas a discussões sobre as responsabilidades e os objetivos dos museus na sociedade (o que, no nosso entendimento, reforça também a existência de um debate no plano dos deveres e das expectativas, não no das finalidades precípuas).

Neste sentido, por exemplo, temos que a função social dos museus poderia tanto estar relacionada à democratização da memória (Chagas; Bezerra; Benchetrit, 2008) ou ao desenvolvimento humano e social (Leite, 2016); como ao fato desses equipamentos serem tratados como agentes ativos na construção da cidadania e na democratização do acesso à cultura (Mellado, 2019), entre inúmeras outras possibilidades formuladas consoante o contexto político-econômico-social que suscitou determinada discussão, bem como a ideologia, os desejos e as expectativas de seu autor.

De outro lado, a utilização de diversos termos correlatos, como o já mencionado *papel*, mas também *missão*, *objetivo*, *responsabilidade*, *compromisso* etc. Termos que, a rigor, não são sinônimos exatos – nem entre si, nem com a expressão “função social” – e que, mobilizados como tais, talvez contribuam mais para alterar / confundir os sentidos pretendidos pelos autores do que para esclarecer suas ideias, reforçando a eventual sensação de imprecisão “do que estamos falando quando falamos o que falamos” (em particular quando nos dispomos a uma análise comparativa desses textos e propostas).

Diante disto, parece-nos importante resgatarmos aqui, ainda que muito brevemente e com assumidas limitações, o conceito de “papel social”, formulado pelo sociólogo e antropólogo canadense Erving Goffman (2009) e apresentado em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*, lançada originalmente em 1959 (quase uma quinzena de anos antes de Santiago do Chile).

O papel social é compreendido como um conjunto de deveres, direitos e expectativas de comportamento associados a uma posição social, que se expressam nas interações cotidianas por meio de performances sociais. Inspirando-se na metáfora teatral, Goffman

argumenta que os indivíduos agem como atores diante de uma plateia, mobilizando uma série de elementos – como linguagem, gestos, vestimentas e cenário – para convencer os outros de que ocupam legitimamente um determinado papel. Esses papéis são pré-existent, isto é, estruturas sociais historicamente consolidadas que os indivíduos incorporam e atualizam nas interações. Não há, para o autor, um “eu verdadeiro” por trás das máscaras sociais, mas uma multiplicidade de máscaras ou “fachadas” que o indivíduo utiliza em diferentes contextos, todas igualmente reais. O papel social, portanto, é relacional, situacional e performático: depende da presença do outro (a plateia), da definição da situação e do domínio das técnicas de controle expressivo para manter a coerência e a legitimidade da performance. Ainda que o ator possa não acreditar sinceramente no papel desempenhado (atuando com cinismo), a manutenção da interação exige uma “*illusio*” – uma suspensão compartilhada da descrença, que permite que todos os envolvidos “entrem no jogo” (Goffman, 2009; Rosa et al., 2023; Rossini, 2013).

Claro está que a teoria dos papéis sociais é, a rigor, melhor aplicável às interações que mantemos dentro do museu-palco, visto que se trata de uma microssociologia interessada na interação cotidiana entre os sujeitos, nas performances de indivíduos em interações face a face. Ela não foi formulada para analisarmos instituições. Neste sentido, compreendemos que é problemático (ao menos no sentido goffmaniano estrito) insinuar que os museus “desempenham um papel”. Contudo – e ainda que Santiago do Chile também não reflita conceitualmente sobre a expressão, embora use a palavra em vários momentos –, aquilo a que chamamos de “performance das expectativas” é algo que, no nosso entendimento, devemos estar atentos. Ou seja, podemos trabalhar as noções elaboradas por Goffman, de uma forma metafórica, e compreender que há uma performance institucional a ser cumprida na sociedade pelos museus (bem como por outros entes institucionais). E que isto é esperado / demandado consoante cada transformação do contexto sociopolítico econômico em que estivermos inseridos.

Fato que nos ajuda, por exemplo, a “olhar com outros olhos” situações como a decisão da Justiça norte-americana que ponderou que o conteúdo de bibliotecas públicas está sob a tutela dos

gestores locais, em função do que estes podem decidir pela manutenção ou remoção de livros de seu acervo, consoante seus interesses e ideologia (Tribunal [...], 2025).

“Por 17 votos a 10, o tribunal determinou que a Constituição dos EUA não garante aos frequentadores de bibliotecas públicas mantidas pelo governo o direito à informação de forma irrestrita quando o conteúdo desagrade à gestão local”. Ou seja, o que se está discutindo aqui não é propriamente a função precípua das bibliotecas públicas norte-americanas (se elas cumprem ou não a sua função social), mas seu papel, isto é, o conjunto de deveres e expectativas que elas precisam performar, e que, neste momento, as redefiniu como “instrumentos de expressão governamental”.

A decisão, por mais polêmica que seja (a tal ponto que – à época da redação deste artigo – cogitava-se levá-la à Suprema Corte daquele país), recai, portanto, sobre o conjunto de deveres e expectativas que a sociedade local pode e deve ter em relação ao que esses equipamentos podem e devem performar. Ou seja, se a biblioteca estiver em um reduto de maioria criacionista, por exemplo, a gestão local pode perfeitamente arbitrar por jogar fora os livros que apresentam e discutem as teorias de Darwin – pouco importando, com isto, o suposto direito dos demais residentes não criacionistas a outro tipo de informação; afinal, como entendeu a maioria do Tribunal em questão, “o direito à liberdade de expressão, neste contexto, foi atribuído ao próprio governo que administra a biblioteca”, não ao cidadão.

Essa situação não é muito distante daquela da ordem executiva nº 14.151, de 20 de janeiro de 2025, do Governo Trump, a qual determina o encerramento de todas as atividades relacionadas à diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade pelos departamentos federais norte-americanos, incluindo os museus. O mesmo pode ser dito da ordem executiva nº 14.253, de 31 de março do mesmo ano, que visa “restaurar a verdade e a sanidade da história americana”, sendo um de seus objetivos o de submeter a atuação da Smithsonian Institution de modo a “restaurar” os valores americanos como “símbolo de inspiração e grandeza”, removendo, para tanto, toda e qualquer “ideologia imprópria” de suas exposições.

O que queremos chamar a atenção – tanto nessas situações esdrúxulas do segundo mandato de Donald Trump, como nas discussões seminais de Santiago de Chile, e, também, nas proposições feitas por pesquisadores, professores, profissionais e militantes, brasileiros e portugueses, da área dos museus aqui sumarizadas – é que a disputa é, na verdade, e ao mesmo tempo, semântica, pragmática, política e econômica, e vem se dando no plano das expectativas por performar (ou efetivamente performadas) pelos museus, não propriamente no plano das suas finalidades precípuas ou da sua eventual contribuição à coesão social.

Considerações finais

É importante frisar, então, que entendemos que todo e qualquer museu, desde o seu aparecimento na virada do século XVII para o século XVIII, não importando sua nacionalidade, porte ou tipologia, cumpre uma função social pelo simples fato de realizar um determinado grupo de finalidades que lhe são precípuas: preservar, pesquisar, comunicar (o patrimônio que está sob a sua guarda) e educar (os diversos públicos que recorrerem a ele). Isto é parte de sua dimensão ôntica, da concretude de seu ser. Ainda que a especificidade do que seja esse patrimônio e de quem sejam esses públicos varie com o tempo, isso é o que o distingue de outros entes sociais institucionais e é o que une experiências tão distintas quanto o Musée du Louvre, em Paris, e o Museu da Maré, no Rio de Janeiro; o British Museum, de Londres, e o Museu Vivo do São Bento, de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A expressão função social (das coisas), por sua vez, evoluiu de um conceito filosófico (como em São Tomás de Aquino, por exemplo, onde se tinha que os bens possuídos deveriam ter um destino comum, beneficiando toda a coletividade) e sociológico (como em Durkheim que, diante da primazia da sociedade sobre seus membros, considerava que a função social servia para equilibrar direitos individuais com as necessidades coletivas) para um princípio jurídico, sobretudo diante do trabalho de León Duguit e da doutrina do solidarismo.

A partir da Constituição de Weimar (1919), a doutrina da função social consolidou-se nas constituições contemporâneas,²⁴ refletindo uma crescente consciência sobre a necessidade de equilibrar direitos individuais com responsabilidades sociais. Expressou assim a transição de uma visão individualista, com prerrogativas absolutas sobre os bens, para uma abordagem mais coletivista, onde as responsabilidades sociais são reconhecidas como essenciais para o funcionamento justo e equitativo da sociedade.

Função social, portanto, designa as atividades específicas que algo ou alguém realiza, sua finalidade no todo da sociedade: a função (ou finalidade) da macieira é dar frutos (maças). A função (ou finalidade) do museu é preservar, pesquisar, comunicar e educar. E estas finalidades já são uma função social, ou seja, uma função exercida em sociedade.

Mas, como dito anteriormente, a expressão tem a ver também com uma segunda camada de sentido: não apenas o que se exerce em sociedade, mas também a contribuição ao todo social, ao bem comum. Só que o advento dessa sua “segunda camada” de sentido, é importante que se frise, não visa propriamente à solução dos problemas sociais, mas, sim, a sua contenção / mitigação por meio de um “freio” / “filtro” jurídico (e moral), apelando-se ao princípio da solidariedade, baseado na ideia de que todo indivíduo nasce em dívida com as gerações passadas e tem a obrigação moral de contribuir com a coletividade. Não se trata, portanto, de um dispositivo ou artifício de transformação da realidade, mas, sim, de contenção do risco de esfacelamento social.

Afinal, com o deslocamento semântico da palavra “social” no século XIX, as questões a ela relacionadas deixam de ser estruturais da sociedade como um todo e passam a ser um problema setorial; neste sentido, a menção à função social de algo pode até servir, muitas vezes, como mecanismo de contenção política das

²⁴ No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a contemplar regras específicas sobre o direito de propriedade, estabelecendo que este não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo. A Constituição de 1988, por sua vez, consolidou a função social da propriedade como um princípio fundamental, determinando que a propriedade deve atender à sua função social.

reivindicações por justiça e igualdade. E, neste sentido, aproxima-se da noção de “papel social”, ou seja, do conjunto de comportamentos, normas e expectativas que se deve performar. Assim, enquanto a função social diz respeito à contribuição específica de algo ou alguém, a utilidade concreta ou o impacto mensurável que uma ação ou instituição tem para a coletividade; o papel social diz respeito à manifestação dos deveres e das expectativas em torno desse algo ou alguém, dessa ação ou instituição.

Ainda que não sejam sinônimos perfeitos, as expressões estão inter-relacionadas. Ambas dizem respeito à interação entre indivíduos e sociedade. Os dois termos dizem respeito à organização das relações sociais e aos padrões de comportamento esperados em uma comunidade: função (o que se faz?), papel (como se faz?), aos quais ainda podemos somar uma terceira palavra: missão (por que se faz?).

Claro está que ao buscarmos delimitar claramente o que a coisa é, corremos o risco de perder o tanto de possibilidades do que ela pode vir a ser. Ao apresentarmos os diversos entendimentos do que possa ser “função social dos museus”, estamos explorando o tanto de possibilidades que a expressão pode querer dizer. Porém, precisamos ter clareza que nem todas são condizentes ao efetivo sentido de “função social” (aquilo que produz efeitos sistêmicos sobre a sociedade, resultados sociais amplos, impactos concretos e mensuráveis). A maioria está no plano dos deveres e das expectativas: aquilo que o museu deve (ou não) fazer, promover, comunicar, performar.

As ações dos museus e suas equipes geram, portanto, efeitos e expectativas: quando as ações referem-se a efeitos sistêmicos concretos e mensuráveis produzidos sobre a sociedade (como preservar uma determinada categoria de patrimônio), estamos falando daquilo que tangencia as suas funções sociais; quando as ações referem-se a expectativas comportamentais cotidianas (como a de ser um espaço acolhedor capaz de mediar interações entre diferentes perfis de públicos), estamos falando de papéis sociais a serem performados. Funções técnicas – preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio – e educacionais são igualmente sociais e todo museu, como dito anteriormente, cumpre suas funções sociais sempre que realiza as suas finalidades precípuas.

Não sendo este, portanto, o problema central, o que efetivamente estará em disputa, na verdade, é o que eles fazem com essas finalidades precípuas, as expectativas que lhes são depositadas pelos agentes ao seu redor e as performances que efetivamente levam adiante em função deste ou daquele contexto, em função desta ou daquela ideologia. Fiquemos, portanto, atentos às disputas em torno do *papel* dos museus na sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Andréia Alves de. Função social da propriedade: pensamento filosófico dos pensadores da doutrina da Igreja Católica e seu contexto jurídico. *Intertemas*, [Presidente Prudente], v. 1, n. 1, p. 1-20, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/A2le>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ANDRADE FILHO, Francisco Antônio de. Leão XIII, Rerum Novarum: questões de ética e direitos humanos nas encíclicas sociais da Igreja Católica. *Symposium de Filosofia*, Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 18-26, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://shre.ink/A2aY>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <https://shre.ink/A2aX>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ARAUJO, Marta do Socorro Sousa de. Solidariedade social: as ponderações de Émile Durkheim. *Revista de Políticas Públicas*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 51-68, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://shre.ink/A2aA>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ARRUDA, Gerardo Clésio. Princípios da doutrina do solidarismo e a concepção do estado-providência. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 130-153, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://shre.ink/A2at>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de sociomuseologia*, [Lisboa], n. 25, p. 5-20, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/A2aD>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. *Canindé*, Xingó, n. 9, p. 169-186, jun. 2007. Disponível em: <https://shre.ink/A2ap>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CHAGAS, Mário de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/A2aa>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CHAGAS, Mário de Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], n. 41, p. 5-15, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/A22v>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- DECLARAÇÃO de Quebec (1984): princípios de base de uma nova museologia: documento final do evento. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro*.

leiro: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. v. 2, p. 58-60.

DIAS, Caio Gonçalves. O planejamento da cultura: políticas culturais, Unesco e Brasil (1966-1988). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, e20200273, p. 1-36, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/A22G>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FARIZEL, Davi. O que é a função social?: de maneira simples e clara. *Jusbrasil*. [S. l.], 15 dez. 2016. Disponível em: <https://shre.ink/A22A>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 17. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HEYMANN, Luciana (org.). *50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972-2022): novos olhares sobre os museus*. São Paulo: Hucitec Editora, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/A22S>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ICOM BRASIL. Nova definição de museu. *ICOM Brasil*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/A22b>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JABLONSKI, Joice Leticia. *A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo da função social dos museus: o "Museu do Seminário de Corupá"*. 2018. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/A22D>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LEITE, Pedro Pereira. Sobre a nova recomendação da Unesco sobre museus coleções sua diversidade e função social. *Informal Museology Studies*. [S. l.], [2016]. Disponível em: <https://shre.ink/A22p>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LIMA, Francisco Pedroso de. A evolução de conceitos entre as declarações de Santiago e de Caracas: texto 2. *Cadernos de Socio-museologia*, [Lisboa], n. 1, p. 109-120, 1993. Disponível em: <https://shre.ink/A22s>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARTINS, Luciano Lopes. A função social da propriedade: uma breve reflexão sobre a evolução do conceito da função social da propriedade. *Jusbrasil*. [S. l.], 17 out. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/A22T>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MELLADO, Isadora. *A função social e o papel da educação nos museus*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOUTINHO, Mário C. *Museus e sociedade: reflexões sobre a função social do museu*. Monte Redondo: Museu Etnológico Monte Redondo, 1989. (Cadernos de Patrimônio, v. 5). Disponível em: <https://shre.ink/A22H>. Acesso em: 11 jun. 2025.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2012a. v. 1. Disponível em: <https://shre.ink/A22QY>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo*: Revista Museum, 1973. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2012b. v. 2. Disponível em: <https://shre.ink/A22Q0>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ROSA, Joel de Sá; NASCIMENTO, Crisóstomo Lima do; TEIXEIRA, Peterson Gonçalves; TAVARES, Fabiana Teixeira Ramos. A teoria dos papéis de Erving Goffman e suas possibilidades de aplicação na psicologia clínica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 11., 2022, Marabá. *Anais [...]*. Marabá: Unifesspa, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/A2Qj>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ROSSINI, Vinicius Santucci. O conceito de papel social em Goffman. *Laboratório Didático: USP ensina Sociologia*, São Paulo, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://shre.ink/A2Q5>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, dez. 2003. Disponível em: <https://shre.ink/A2Qb>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SARRAF, Viviane Panelli. Museus para a igualdade: diversidade e inclusão: como as premissas da acessibilidade cultural corroboram com a função social dos museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 63, n. 19, p. 21-30, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/A2QT>. Acesso em: 11 jun. 2025.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014. Disponível em: <https://shre.ink/A2kK>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TRIBUNAL dos EUA redefine papel de bibliotecas públicas em decisão polêmica. *O Antagonista*, São Paulo, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/A2k3>. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNESCO. *Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade*: aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da Unesco em sua 38ª sessão. Brasília, DF: Unesco Brasil: Instituto Brasileiro de Museus, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/A2kq>. Acesso em: 6 jun. 2025.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Savana Ferreira Godoy | Bacharelada em Museologia (Unirio), bolsista de Iniciação Científica no projeto “Do que estamos falando quando falamos o que falamos? Fase 1 – função social dos museus”, interessada em memória social, nas territorialidades insurgentes e no potencial dos museus como agentes de transformação social. E-mail: savanagodoy7@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2033378137130290>; Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7810-9037>.

Vladimir Sibylla Pires | Bacharel em Museologia (Unirio), mestre (IBICT/UFRJ) e doutor (IBICT/UFRJ) em ciência da informação, Professor Associado da Escola de Museologia da UNIRIO. E-mail: sibylla1968@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2612754449410892>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9156-8704>.

<< Voltar ao início